

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.715 - SP (2020/0060865-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : ASSOCIACAO ASSISTENCIAL PRESBITERIANA BOM SAMARITANO - SAEBS**  
**ADVOGADOS : ADRIANO MELO - SP185576**  
**ANDRÉ LUIZ BOLONHA FERREIRA - SP246140**  
**RECORRIDO : ELAINE MARTINS DOS SANTOS SILVA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto pela ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL PRESBITERIANA BOM SAMARITANO - SAEBS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 73, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO LOCALIZAÇÃO DE BENS DA DEVEDORA PASSÍVEIS DE CONSTRIÇÃO. PRETENSÃO AO DEFERIMENTO DA SUSPENSÃO DE CARTEIRA HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO, DO PASSAPORTE E DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO.

IMPOSSIBILIDADE DA ACOLHIDA DA PRETENSÃO QUE IMPORTARIA OFENSA A DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADOS.

INTELIGÊNCIA DO INCISO IV, DO ART. 139, CPC. MEDIDA EXCEPCIONAL QUE NÃO SE AMOLDA AO CASO CONCRETO. PROVIDÊNCIAS ALVITRADAS QUE IMPORTARIAM RESTRIÇÕES SEVERAS SEVERAS AOS ATOS CIVIS DA VIDA NORMAL DO DEVEDOR, CONSIDERADO O MOMENTO HISTÓRICO DO ATUAL VIVER DO HOMEM.

PREVISÃO LEGAL QUE É NO SENTIDO APENAS DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO DEVEDOR E NÃO DA SUA PESSOA. INTELIGÊNCIA DO ART. 789, CPC.

DECISÃO MANTIDA. RECURSO DENEGADO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial (fls. 84/97, e-STJ), a parte insurgente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação ao artigo 139, inciso IV, do CPC/15, defendendo o cabimento de medida coercitiva atípica, essa residente na apreensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), do passaporte e do direito de utilização do cartão de crédito, com intuito de compelir o devedor ao pagamento do débito.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem (fls. 105/106, e-STJ), ascenderam os autos a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O recurso merece prosperar.

1. No tocante à ofensa ao artigo 139, inciso IV, do CPC/15, a parte recorrente aduz a necessidade de concessão da tutela atípica pleiteada, consistente na apreensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), do passaporte e do direito de utilização do cartão de crédito, com intuito de compelir o devedor ao pagamento do débito.

Sobre o tema, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que as medidas de satisfação do crédito não podem extrapolar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, devendo-se observar, ainda, o princípio da menor onerosidade ao devedor.

Concluiu-se, ainda, que para a utilização dos "*meios executivos atípicos*, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, **demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia dos meios executivos típicos, sob pena de configurar-se como sanção processual**" (RHC 97.876/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 09/08/2018).

No mesmo sentido, colhe-se:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL E REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. QUANTIA CERTA. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO. 1. Ação distribuída em 10/6/2011. Recurso especial interposto em 25/5/2018. Autos conclusos à Relatora em 3/12/2018. 2. O propósito recursal é definir se, na fase de cumprimento de sentença, a suspensão da carteira nacional de habilitação e a retenção do passaporte do devedor de obrigação de pagar quantia são medidas viáveis de serem adotadas pelo juiz condutor do processo. 3. O Código de Processo Civil de 2015, a fim de garantir maior celeridade e efetividade ao processo, positivou regra segundo a qual incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV). 4. **A interpretação sistemática do ordenamento jurídico revela, todavia, que tal previsão legal não autoriza a adoção indiscriminada de qualquer medida executiva, independentemente de balizas ou meios de controle efetivos.** 5. De acordo com o entendimento do STJ, as modernas regras de processo, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável. Precedente específico. 6. **A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.** 7. Situação concreta em que o Tribunal a quo indeferiu o pedido do exequente de adoção de medidas executivas atípicas sob o singelo fundamento de que a responsabilidade do devedor por suas dívidas diz respeito apenas ao aspecto patrimonial, e não pessoal. 8. **Como essa circunstância não se coaduna com o entendimento propugnado neste julgamento, é de rigor - à**

vista da impossibilidade de esta Corte revolver o conteúdo fático-probatório dos autos - o retorno dos autos para que se proceda a novo exame da questão. 9. **De se consignar, por derradeiro, que o STJ tem reconhecido que tanto a medida de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação quanto a de apreensão do passaporte do devedor recalcitrante não estão, em abstrato e de modo geral, obstadas de serem adotadas pelo juiz condutor do processo executivo, devendo, contudo, observar-se o preenchimento dos pressupostos ora assentados.** Precedentes. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1782418/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019) [grifou-se]

O Juiz de primeiro grau, por meio da decisão de fl. 43, e-STJ, indeferiu a medida pleiteada ao argumento de ofensa ao direito de ir e vir, bem como que a dívida que se pretende seja quitada não tem relação com o direito que se pretende seja limitado. Confira-se (fl. 43, e-STJ):

As medidas previstas no art. 139, IV, do Código de Processo Civil devem ser proporcionais aos fins colimados, guardando, com eles, certa vinculação objetiva. Não se concebe ferir direitos legítimos (como os de ir e vir) da parte devedora ou atingir a esfera de direitos de terceiros (com bloqueio de cartões de crédito ou débito, TVs por assinatura) para pagamento de dívida que nada tem a ver com os próprios direitos cujo gozo se visa limitar. [grifou-se]

O Tribunal de origem, por sua vez, ao confirmar a decisão supra, consignou, dentre outras razões, a garantia do crédito viabilizada por meio do cartão a fim de se manter o mínimo de dignidade de vida; a parte, ora recorrente, não foi prudente ao firmar contrato com a parte ora recorrida, já que não avaliou, quando do contrato, a possibilidade de cumprimento da avença.

Extrai-se o excerto do julgado em testilha (fl. 77/78, e-STJ):

Com efeito, é forçosa a conclusão de que as medidas judiciais que não se restringem à constrição do patrimônio do devedor e que venham a alcançar atos de sua vida privada normais para nossa época, como dispor de uso de cartão de crédito, dirigir veículos automotores e viajar para o Exterior, implicam seguramente violação de direitos e garantias individuais, particularmente o direitos de ir e vir e o de ter a subsistência garantia numa época em que o crédito é o meio de que vale o cidadão para poder manter um padrão mínimo de dignidade de vida segundo as exigências atuais. Obrigações contratuais de pagamento de soma em dinheiro exigiriam em nome da prudência a prévia avaliação das condições de cumprimento do avençado, para o que seria de suma importância pesquisa sobre o patrimônio do obrigado, de sorte que, se houver desídia nessa avaliação prévia e deu-se o inadimplemento, deve o credor resignar-se e não querer valer da atuação do Poder Judiciário para lhe corrigir a imprudência, principalmente se isso implicar violação de direito fundamental. [...]

Em outros termos, o afã de angariar o cliente sem serem medidas as consequências dessa conduta não autoriza a que se exija da Justiça providências que supram essa desídia inicial ainda que isso importe violação de direito fundamental. [grifou-se]

# *Superior Tribunal de Justiça*

Denota-se que o seguimento adotado pelas instâncias ordinárias diverge da inclinação jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça, já que, de acordo com os apontamentos anteriores, é possível a adoção da providência postulada, observadas as diretrizes assentadas, não bastando, como o fez o Juiz de primeiro grau, arguições referentes à suposta ofensa ao direito de ir e vir ou à ausência de relação entre a medida pretendida e o débito que pretende seja quitado. Ou, ainda, como o fez a Corte de origem, garantia de crédito viabilizada pelo cartão a fim de assegurar o mínimo de dignidade de vida, bem como em razão da imprudência da parte ora recorrente ao não adotar providência acerca da possibilidade de cumprimento do contrato.

Não há, porém, como aplicar o direito à espécie nessa instância recursal, pois não houve o apontamento das especificidades presentes na hipótese concreta, motivo pelo qual imprescindível o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para a averiguação dos pontos.

**2.** Do exposto, com fulcro no artigo 932 NCPC c/c a Súmula 568 do STJ, **dou provimento ao recurso especial** para cassar o acórdão recorrido e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento do recurso à luz do entendimento desta Corte, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator